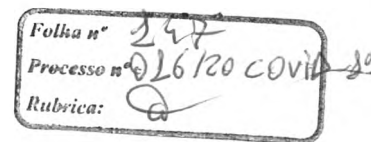




ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Processo de Dispensa nº 016/2020 COVID-19/PMC

Assunto: Dispensa de Licitação.

O Processo em epígrafe trata de uma solicitação da **Assessoria Técnica de Saúde**, mediante o **Memorando enviado no dia 02.09.2020**, cujo objeto é **Aquisição de Medicamentos, Material Laboratorial, Material Hospitalar, Equipamentos e Testes Rápidos em Combate ao Coronavírus (COVID-19)**, de interesse do **Fundo Municipal de Saúde**.

1 – DA JUSTIFICATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme artigo 196 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou em 11 de março do corrente a elevação do estado da contaminação para pandemia em mais de 115 países do novo coronavírus, que infelizmente é uma doença que assolou o mundo e têm desencadeado números assustadores de infectados e de falecimentos,

CONSIDERANDO que, por meio da Portaria nº 188, de 03 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus, o que exige esforço conjunto de todo o Sistema Único de Saúde para identificação da etiologia dessas ocorrências, bem a adoção de medidas proporcionais e restritas aos riscos;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que dispôs sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus, bem como a Medida Provisória nº 926/2020, que altera a Lei Federal nº 13.979/2020, dispondo sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência,

CONSIDERANDO que, por meio do Decreto nº 35.672, de 19 de março de 2020, foi declarado estado de calamidade pública no Estado do Maranhão em virtude do aumento do número de infecções pelo vírus H 1 N 1, da existência de casos suspeitos de contaminação pela COVID-19 (COBRADE 1.5.1.1.0 - Doença Infecciosa Viral), bem como da ocorrência de Chuvas Intensas (COBRADE 1.3.2.1.4) em determinados municípios maranhenses;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 35.677/2020, que declara Estabelece medidas de prevenção do contágio e de combate à propagação da transmissão da COVID-19, infecção humana causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2) e,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 009/2020 de 23 de Março de 2020, Declara situação de Calamidade Pública no Município de Carolina-MA, comprometido pela pandemia do Covid19,

CONSIDERANDO ainda que o Município de Carolina está localizado no sul do estado, à margem direita do rio Tocantins. É conhecido pelas suas diversas cachoeiras. Carolina é o ponto de apoio para a visita ao Parque Nacional da Chapada das Mesas, onde se localizam diversas cachoeiras e canyons e, um dos principais pontos de entradas de turistas do Norte/Nordeste, onde naturalmente existe uma aglomeração de pessoas advindas de vários estados do Brasil, e com essa pandemia, o



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

Folha n° 248
Processo n° 016/2020 COVID-19
Rubrica

Município enfrenta uma situação anormal e excepcional que merece por óbvio tratamento diferenciado tanto para a população e visitantes de Carolina-MA quanto para os profissionais que lidam no combate a pandemia, fornecendo todos os equipamentos de segurança necessário para proteção individual e garantindo o tratamento mais rápido para os pacientes.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

Folha nº 249 ^{PMC}
Processo de Dispensa nº 016/2020 COVID-19

A Assessora Técnica de Saúde elaborou o Termo de Referência e a Divisão de Compras realizou a pesquisa de preços no mercado, conforme Mapa de Apuração:

A: BENTES SOUSA & CIA LTDA
B: DR REPRESENTAÇÕES LTDA
C: AMAZONAS DISTRIBUIDORA EIRELI

CNPJ: 63.424.121/0001-80
CNPJ: 04.954.908/0001-95
CNPJ: 04.564.165/0001-47

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	A		B		C	
				Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total	Valor Unitário	Valor Total
01	ALBENDAZOL COMP ORAL	UNI	5.000	1,17	5.850,00	0,95	4.750,00	1,40	7.000,00
02	ALBENDAZOL SUSP ORAL	UNI	500	2,62	1.310,00	2,12	1.060,00	3,13	1.565,00
03	AZITROMICINA 500 ORAL C/150	CX	200	218,07	43.614,00	176,59	35.318,00	260,72	52.144,00
04	AZITROMICINA 600 SUSP	UNI	250	8,63	2.157,50	6,99	1.747,50	10,32	2.580,00
05	AZITROMICINA 900 SUSP	UNI	250	20,99	5.247,50	17,00	4.250,00	25,10	6.275,00
06	AMBROXOL XP ADULTO PEDIATRICO 100ML	UNI	100	1,98	198,00	1,60	160,00	2,36	236,00
07	AMPICILINA INJ. 1G S/DIL C/50 AMP	CX	36	946,35	34.068,60	766,34	27.588,24	1.131,42	40.731,12
08	ACEBROFILINA XAROPE 120ML	UNI	150	14,42	2.163,00	11,68	1.752,00	17,24	2.586,00
09	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200000 CX C/50 AMPOLA	CX	24	393,56	9.445,44	318,70	7.648,80	470,53	11.292,72
10	BROMOPRIDA INJ 5MG/ML 50 AMP 2ML	CX	24	120,40	2.889,60	97,50	2.340,00	143,95	3.454,80
11	BUSCOPAN COMPOSTO INJETAVEL CX C/50	CX	36	127,38	4.585,68	103,15	3.713,40	152,29	5.482,44
12	COMPLEXO B INJETAVEL 2ML C/100 AMP	CX	36	169,85	6.114,60	137,54	4.951,44	203,06	7.310,16
13	CEFALOTINA 1G C/50 AMP	CX	50	255,38	12.769,00	206,80	10.340,00	305,32	15.266,00
14	CEFTRIAXONA 1G C/50 AMP	CX	100	167,61	16.761,00	135,73	13.573,00	200,39	20.039,00
15	CIPROFLOXACINO SISTEMA FECHADO 200MG C/1 AMP.100ML	UNI	150	16,36	2.454,00	13,25	1.987,50	19,56	2.934,00
16	DIPIRONA INJETAVEL 1G 2ML C/100 AMP	CX	50	112,66	5.633,00	91,23	4.561,50	134,69	6.734,50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

PMC
Folha nº 150
Processo de Dispensa nº 016/2020 COVID-19

17	DIPIRONA 500MG COMP C/ 500 UND	CX	20	72,51	1.450,20	58,72	1.174,40	86,69	1.733,80
18	DIPIRONA GOTAS	UNI	1.500	1,14	1.710,00	0,92	1.380,00	1,36	2.040,00
19	DEXCLORFENIRAMINA XP ADULTO 100ML	UNI	1.500	2,31	3.465,00	1,87	2.805,00	2,76	4.140,00
20	DICLOFENACO SÓDICO INJETÁVEL 75MG 3ML C/50 AMP	CX	50	118,43	5.921,50	95,90	4.795,00	141,59	7.079,50
21	DEXAMETASONA 2MG INJETAVEL C/50 AMP	CX	12	65,51	786,12	53,05	636,60	78,32	939,84
22	DEXAMETASONA 4MG INJETÁVEL C/100 AMP	CX	36	159,98	5.759,28	129,55	4.663,80	191,27	6.885,72
23	DEXAMETASONA XP ADULTO 100ML	UNI	200	1,72	344,00	1,39	278,00	2,05	410,00
24	DRAMIN GOTAS	UNI	20	8,85	177,00	7,17	143,40	10,59	211,80
25	DESLANOSIDEO INJ 0,2MG C/50X2ML	CX	2	151,35	302,70	122,56	245,12	180,95	361,90
26	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML CX C/ 10	CX	300	486,82	146.046,00	394,22	118.266,00	582,03	174.609,00
27	FUROSEMIDA INJETAVEL CX C/100 AMPOLA	CX	6	68,92	413,52	55,81	334,86	82,40	494,40
28	FUROSEMIDA 40 MG COMPR. C/ 500 CPR	CX	2	43,16	86,32	34,95	69,90	51,60	103,20
29	GENTAMICINA 80MG 2ML C/100 AMP	CX	24	146,39	3.513,36	118,54	2.844,96	175,01	4.200,24
30	HEPARINA	CX	50	1.144,94	57.247,00	927,15	46.357,50	1.368,84	68.442,00
31	HIDROCORTISONA 500MG C/50 AMP	CX	36	716,69	25.800,84	580,36	20.892,96	856,84	30.846,24
32	HISTAMIN COMP ORAL 2 MG C/ 500	CX	10	92,49	924,90	74,90	749,00	110,58	1.105,80
33	IVERMECTINA 6MG ORAL	UNI	2.000	0,62	1.240,00	0,50	1.000,00	0,74	1.480,00
34	METILPREDINISOLONA 500MG INJETAVEL CX C/ 25 AMP	CX	36	671,48	24.173,28	543,75	19.575,00	802,79	28.900,44
35	METRONIDAZOL 500MG SIST. FECHADO 100ML	UNI	350	4,53	1.585,50	3,67	1.284,50	5,42	1.897,00
36	OXACILINA 500MG INJETÁVEL CX C/ 50 AMP URGENTE!!!!	Cx	36	175,97	6.334,92	142,50	5.130,00	210,39	7.574,04
37	OMEPRAZOL INJETAVEL 40MG C/25	CX	36	406,39	14.630,04	329,09	11.847,24	485,87	17.491,32
38	OMEPRAZOL 20MG C/ 490 CPR	CX	36	65,51	2.358,36	53,05	1.909,80	78,32	2.819,52
39	PARACETAMOL GOTAS	UNI	600	1,51	906,00	1,22	732,00	1,80	1.080,00
40	PARACETAMOL 500MG COMPR. C/ 500	CX	24	54,37	1.304,88	44,03	1.056,72	65,01	1.560,24
41	PARACETAMOL 750 MG C/ 480	CX	24	153,15	3.675,60	124,02	2.976,48	183,10	4.394,40
42	PROMETAZINA INJETAVEL CX C/100 AMPOLA	CX	12	210,08	2.520,96	170,12	2.041,44	251,17	3.014,04
43	SIMETICONA GOTAS 10ML	UNI	250	6,05	1.512,50	4,90	1.225,00	7,23	1.807,50
44	TRANSAMIN INJETAVEL C/5X5ML	CX	24	20,85	500,40	16,88	405,12	24,92	598,08
45	VITAMINA K 10MG/ML 1ML C/50 AMP	CX	10	118,43	1.184,30	95,90	959,00	141,59	1.415,90



Folha n° *151* ^{PMC}
Processo de Dispensa n° 016/2020 COVID-19

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

46	VITAMINA C INJETÁVEL 1G 5ML C/100 AMP	CX	24	120,85	2.900,40	97,86	2.348,64	144,48	3.467,52
47	ZINCO 66MG ORAL	UNI	1.000	0,73	730,00	0,59	590,00	0,87	870,00
48	ABAIXADOR DE LINGUA PCT C/ 100	PCT	50	7,41	370,50	6,00	300,00	8,86	443,00
49	ADAPTADOR DE SERINGA PARA COLETA A VACUO	UNI	6	2,04	12,24	1,65	9,90	2,44	14,64
50	APARELHO DE PA DIGITAL BRAÇO	UNI	30	272,12	8.163,60	220,36	6.610,80	325,34	9.760,20
51	ALGODÃO 500G	UNI	200	18,19	3.638,00	14,73	2.946,00	21,75	4.350,00
52	AGUA P/INJECAO AMP.PLAST.10ML C/200 UND	CX	300	68,54	20.562,00	55,50	16.650,00	81,94	24.582,00
53	AVENTAL MANGA LONGA 20G	UNI	10.000	6,67	66.700,00	5,40	54.000,00	7,97	79.700,00
54	BOLSA COLETORA SISTEMA FECHADO 2L	UNI	200	6,35	1.270,00	5,14	1.028,00	7,59	1.518,00
55	CRONOMETRO	UNI	6	74,64	447,84	60,44	362,64	89,23	535,38
56	DESCARPAX 20 LITROS	UNI	250	10,87	2.717,50	8,80	2.200,00	12,99	3.247,50
57	DESPERTADOR PARA LABORATORIO	UNI	3	48,16	144,48	39,00	117,00	57,58	172,74
58	ELETODOS PARA ECG ESPUMA/GEL AD+INF C/50	PCT	60	20,01	1.200,60	16,20	972,00	23,92	1.435,20
59	EQUIPO MACRO GOTAS C/INJETOR LATERAL	UNI	3.000	2,41	7.230,00	1,95	5.850,00	2,88	8.640,00
60	ESPARADRAPO 10CMX4,5M C/CAPA.	UNI	200	9,66	1.932,00	7,82	1.564,00	11,55	2.310,00
61	FITA -ABS vdr1	UNI	200	70,39	14.078,00	57,00	11.400,00	84,15	16.830,00
62	FILME PARA RAO X 35X35 C/100	CX	50	702,74	35.137,00	569,07	28.453,50	840,17	42.008,50
63	FILME PARA RAO X 30X40 C/100	CX	50	675,43	33.771,50	546,95	27.347,50	807,52	40.376,00
64	FILME PARA RAO X 24X30 C/100	CX	50	397,27	19.863,50	321,70	16.085,00	474,96	23.748,00
65	FRALDA DESCARTAVEL P ADULTO PCT C/10	PCT	50	15,08	754,00	12,21	610,50	18,03	901,50
66	FRALDA DESC M ADULTO PCT C/8	PCT	50	14,82	741,00	12,00	600,00	17,72	886,00
67	FRALDA DESCARTAVEL G ADULTO PCT C/8	PCT	50	13,23	661,50	10,71	535,50	15,81	790,50
68	GASE TIPO QUEIJO	PCT	200	44,70	8.940,00	36,20	7.240,00	53,45	10.690,00
69	LUVA DE PROCEDIMENTO P	CX	1.500	32,76	49.140,00	26,53	39.795,00	39,17	58.755,00
70	LUVA DE PROCEDIMENTO M	CX	1.500	32,48	48.720,00	26,30	39.450,00	38,83	58.245,00
71	LUVA DE PROCEDIMENTO G	CX	200	33,82	6.764,00	27,39	5.478,00	40,44	8.088,00
72	JELCO 20 CX C/ 100	CX	300	83,97	25.191,00	68,00	20.400,00	100,40	30.120,00
73	JELCO 22 CX C/ 100	CX	300	83,97	25.191,00	68,00	20.400,00	100,40	30.120,00
74	JELCO 24 CX C/ 100	CX	300	83,97	25.191,00	68,00	20.400,00	100,40	30.120,00
75	MULTIVIAS	UNI	5.000	1,51	7.550,00	1,22	6.100,00	1,80	9.000,00



Folha nº *152* ^{PMC}
Processo de Dispensa nº 016/2020 COVID-19

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

76	MÁSCARA N95 - PFF2	UNI	1.500	27,41	41.115,00	22,20	33.300,00	32,78	49.170,00	
77	MACACÃO QUIMICO	UNI	2.500	51,68	129.200,00	41,85	104.625,00	61,79	154.475,00	
78	MÁSCARA DESCARTÁVEL	CX	3.000	11,67	35.010,00	9,45	28.350,00	13,95	41.850,00	
79	PLACA DE KLINE	UNI	6	111,14	666,84	90,00	540,00	132,88	797,28	
80	SERINGA 3ML	UNI	5.000	0,33	1.650,00	0,27	1.350,00	0,40	2.000,00	
81	SERINGA 5ML	UNI	5.000	0,35	1.750,00	0,28	1.400,00	0,41	2.050,00	
82	SERINGA 10ML	UNI	5.000	0,61	3.050,00	0,49	2.450,00	0,72	3.600,00	
83	SERINGA 20ML	UNI	5.000	0,83	4.150,00	0,67	3.350,00	0,99	4.950,00	
84	SONDA URETRAL Nº 12	UNI	2.000	0,96	1.920,00	0,78	1.560,00	1,15	2.300,00	
85	SORO FISIOLÓGICO 250ML	UNI	6.000	3,15	18.900,00	2,55	15.300,00	3,76	22.560,00	
86	SORO FISIOLOGICO 500ML	UNI	6.000	6,00	36.000,00	4,86	29.160,00	7,18	43.080,00	
87	SORO GLICOSADO 500ML	UNI	6.000	6,63	39.780,00	5,37	32.220,00	7,93	47.580,00	
88	TOUCA DESCARTAVEL	PCT	8.000	13,53	108.240,00	10,96	87.680,00	16,18	129.440,00	
89	TERMOMETRO DIGITAL	UNI	36	22,49	809,64	18,21	655,56	26,89	968,04	
90	VDRL LABTESTE	CX	20	64,08	1.281,60	51,89	1.037,80	76,61	1.532,20	
91	URIQUEST CAT 150	CX	36	319,63	11.506,68	258,83	9.317,88	382,14	13.757,04	
92	TESTE RÁPIDO COVID-19 IGG/IGM	UNI	5.000	42,42	212.100,00	34,35	171.750,00	50,71	253.550,00	
93	MONITOR MULTIPARAMÉTRICO 12,1 - Monitor Monitoração de diversos parâmetros e funções que incluem 3 ou 7 derivações de ECG/Frequência cardíaca, respiração, temperatura, SpO 2/pulso periférico, PNI, concentração de CO 2. Tela de LCD de 12,1 polegadas, possui duas entradas para expansão de parâmetros - Pressão Invasiva e Capnografia. Voltagem: 110/220V. Frequência: 50 ou 60 HZ.	UNI	2	24.980,79	49.961,58	20.229,00	40.458,00	29.886,10	59.772,20	
					VALOR TOTAL	1.587.939,40		1.285.868,40		1.898.423,10



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

Folha n° 253
Processo n° 026/20 COVID-19
Rubrica: CA

2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DA CONTRATADA

No que tange à regularidade fiscal, ela deverá ser mantida durante toda a execução contratual, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666, de 1993. Além disso, com o advento da Lei nº 12.440, de 2011, sobreveio também a necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. Cabe ao Administrador, pois, zelar pela efetiva validade dessas certidões na ocasião da prorrogação.

Convém complementar, ademais, que deverá constar nos autos a declaração de que a contratada não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

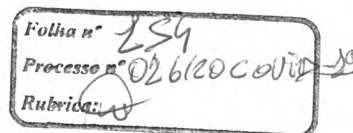
Foram colacionados aos autos os seguintes **documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista** da empresa **D R REPRESENTAÇÕES LTDA**.

- a) Contrato Social;
- b) Cópia da Carteira de Identificação-CI dos Sócios;
- c) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa Estadual;
- f) Certidão Negativa de Dívida Ativa Estadual;
- g) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas-CNDT;
- i) Certidão Negativa de Dívida Ativa – CNDA Municipal;
- j) Certidão Negativa de Débitos – CND Municipal;
- k) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU;
- l) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos da Empresa e dos Sócios;
- m) Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade da Empresa e dos Sócios;
- n) Declaração do SICAF.

O valor da despesa ofertado pela empresa **D R REPRESENTAÇÕES LTDA** é de **R\$1.285.868,40 (Um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)**, sendo assim a licitação pode ser dispensada, permitindo a contratação direta, devido o valor global do serviço a ser prestado, conforme dispõe o **art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020**.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL



3. DA FIGURA DA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

O procedimento ordinário para compras por dispensa de licitação envolve a análise prévia desta Comissão de todas as minutas e procedimentos, tendo como fundamento conferir higidez jurídica no que envolve a matéria, conforme dispõe o artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

4. DA DISPENSA CORONAVÍRUS - ART. 4º DA LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Pretende-se no presente caso, a emissão de parecer para as contratações direta por dispensa de licitação em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Tendo em vista as questões fáticas apontadas, fundamentou-se a pretensão no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. No entanto, conforme pontuado, em razão da especificidade da Lei e sua previsão, nos casos de contratação decorrente do coronavírus, deverá a área fundamentar as aquisições abrangidas pelo presente parecer referencial no art. 4º, da Lei nº 13.979 de 2020.

Como se sabe, a regra é a licitação, ainda que a contratação a ser realizada seja emergencial. Assim dispõe o art. art. 4º, da Lei nº 13.979 de 2020:

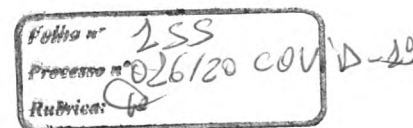
Art. 4º Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. § 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

É importante esclarecer que emergência é a situação decorrente de fatos imprevisíveis que impõem imediatas providências por parte da Administração sob pena de potenciais prejuízos. Assim, deve estar bem evidenciado o risco de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

Na lição de Marçal Justen Filho:

No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento imediato a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Dialética, 12ª edição, 2008, p. 292).

Assim, deve ser evidenciado o nexo causal entre a contratação direta e a eliminação do risco de dano com a efetiva demonstração da relação entre a necessidade a ser atendida e a solução concreta adequada.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**

Comprovando que a contratação emergencial é a via adequada e efetiva para a eliminação do risco, a Administração Pública somente poderá contratar nos limites estabelecidos na lei: "dispensa de licitação é temporária", "aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus", não sendo possível ultrapassar tais limites.

Assim, para a configuração da contratação direta emergencial por dispensa de licitação, devem ser preenchidos os seguintes pressupostos:

- a) Demonstração concreta e efetiva de que a aquisição de bens e insumos de saúde serão destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;
- b) Demonstração de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar o risco.

A ocorrência de tais pressupostos caracterizadores deverá ser exposta nos documentos de cada contratação. É válido ressaltar que a necessidade, a emergência e a solução encontrada, deverão ser demonstrados pela própria Autoridade ora assessorada, que decerto, detém os conhecimentos técnicos necessários para tanto.

Via de regra, não cabe nessa manifestação como a que ora se procede, imiscuir-se no mérito da justificativa apresentada pela Autoridade, de tal sorte que, as considerações ora feitas devem ser encaradas apenas como um alerta para que, caso a Autoridade julgue oportuno, em prol da sua própria segurança, determine diligências ou complementação de justificativas apresentadas.

Quanto à adequação, parece sempre prudente verificar a existência de eventual Ata de Registro de Preços em vigor, com o mesmo objeto, uma vez que uma adesão a uma Ata é preferível à contratação direta.

5. DA DISPONIBILIZAÇÃO EM SÍLIO OFICIAL ESPECÍFICO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET)

A Lei nº 13.979 de 2020 estatui a necessidade de ampla divulgação dos processos de compra ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, vejamos:

[...] § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

Dessa forma, toda e qualquer contratação fundamentada no art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020 deverá ser disponibilizada na internet, contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, conforme determina a lei.

Repita-se à exaustão que a presente manifestação jurídica referencial somente abrange as aquisições de bens e insumos de saúde, haja vista que a contratação de serviços, mesmo destinados ao enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de importância internacional



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**

Folha n°	156
Processo n°	026/20 COVID-19
Rubrica:	(4)

decorrente do coronavírus, contempla situações e considerações específicas, devendo a área demandante, se for o caso, encaminhar procedimento específico, devidamente instruído para esse tipo de contratação; suscitando e justificando a necessidade de emissão de manifestação jurídica referencial específica para tanto.

6. DA FORMALIDADES LEGAIS PREVISTAS NO ART. 26 DA LEI Nº 8.666/1993

Analisada a questão referente à possibilidade de contratação mediante dispensa de licitação prevista na Lei nº 13.979 de 2020, cumpre agora examinar a observância dos requisitos legais impostos no art. 26 da Lei nº 8.666/93, que devem ser aplicados por força do art. 116, da Lei nº 8.666/93:

As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005) Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso; II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa do preço. IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Com efeito, neste caso particular, as exigências consistem em:

- caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa (justificativa do afastamento da licitação);
- razão da escolha do fornecedor;
- justificativa do preço; - diligências relativas à ratificação e publicação do ato de dispensa na imprensa oficial.
- disponibilização em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

No que diz respeito à caracterização da situação de emergência de saúde pública de importância internacional que justifique a dispensa, bem como a razão da escolha do fornecedor, as observações pertinentes foram destacadas na ocasião da análise dos pressupostos para a dispensa de licitação com fulcro no art. 4º da Lei nº 13.979 de 2020, em tópico específico deste parecer, às quais nos reportamos. Assim, cabe apenas reiterar que a contratação de bens e insumos de saúde com fundamento no permissivo legal indicado exige que esteja bem caracterizada a situação de emergência para que se justifique a contratação emergencial.

Com relação à justificativa do preço, trata-se de um dever imposto ao Administrador, que tem por finalidade confirmar a razoabilidade do valor da contratação, conferindo por consequência, probidade e moralidade ao ajuste.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

Folha n°	187
Processo n°	026/20 COVID-19
Rubrica:	@

A necessidade da justificativa do preço decorre dos princípios da motivação, da economicidade, legalidade, legitimidade e da razoabilidade, bem como da imperiosa necessidade de se bem atender o interesse público, por meio de uma gestão eficiente e proba dos recursos públicos. Trata-se de dever da Autoridade assessorada, responsável pela gestão dos recursos públicos a ela confiados. Ou seja, por força do previsto no art. 25, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, deve ser evitada a qualquer custo a configuração de superfaturamento de preços, que constitui causa de vício na contratação:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...] § 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Alertamos que os contratos decorrentes de afastamento de licitação costumam ser vistos com maior rigor pelos órgãos de controle, motivo pelo qual é recomendável que a Administração reúna todos os elementos ao seu alcance para demonstração da razoabilidade dos preços, visando afastar eventuais questionamentos apontando para superfaturamento de preços, comprometendo a eficácia do ajuste.

Destacamos, ainda, o entendimento do E.TCU: "A realização de uma avaliação técnica e econômica adequada ganha importância na contratação direta, que não está sujeita às correções e ajustes de valores possíveis de se alcançar, ao menos em tese, numa concorrência perfeita" (Acórdão nº 10.057/2011 – 1ª Câmara do TCU).

Dessa forma, nas aquisições de bens e insumos de saúde destinados ao enfrentamento do coronavírus deverão ser devidamente seguidas as formalidades do art. 26, da Lei nº 8.666/93.

7. DEMAIS FORMALIDADES LEGAIS APLICÁVEIS

Analisadas as exigências específicas impostas pelo art. 26 da Lei nº 8.666/93, aplicável por força do art. 116, da Lei nº 8.666/93, cumpre agora examinar a instrução processual sob o aspecto das demais formalidades aplicáveis às contratações administrativas.

Assim, sem prejuízo dos documentos que devem constar nos processos, é necessário que a Autoridade assessorada verifique e vele para que seja observada a devida instrução destes autos, atentando para as exigências da Lei nº 8.666, de 1993.

a) JUSTIFICATIVA DA JURIDICA DA CONTRATAÇÃO

Quanto à justificativa da contratação, não cabe a Comissão Permanente de Licitação/CPL adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel do órgão é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados.

Ressalte-se ainda que a justificativa da contratação deve compreender os quantitativos estimados da aquisição condizente com o consumo/utilização prováveis do órgão, aferida mediante adequadas técnicas para tanto, em conformidade com o que dispõe o art. 15, §7º, inc. II, pois dela dependerá o cálculo do valor contratual.



**ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL**

Art. 15 [...] § 7o Nas compras deverão ser observadas, ainda: [...] II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.

Caso a dispensa emergencial envolva a indicação de marca:

A proibição da indicação de marca deve ser interpretada no sentido de que a marca não poderá ser indicada como o objeto da contratação em si. Ou seja, o administrador não poderá externar sua preferência por contratação de certa marca, a seu talante, sem a correspondente motivação técnica objetiva e fundamentada. Portanto, a referência à marca deve ser consequência das características específicas do objeto e não pressuposto.

Em razão do exposto, pode-se concluir que a indicação de marca é permitida nas seguintes situações:

- a) Na presença de justificativa técnica sólida que demonstre a sua imprescindibilidade para a satisfação do objeto da contratação, inclusive para fins de padronização;
- b) Quando necessária como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, caso em que deverá ser seguida das expressões "ou equivalente", "ou similar" e "ou de melhor qualidade".

Por fim, há limites estabelecidos no art. 4º, da Lei nº 13.979 de 2020, impondo que a contratação, no caso ora analisado, deve se limitar aos bens e insumos de saúde necessários ao enfrentamento da situação emergencial apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

b) PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal, conforme dispõe o artigo 10, IX, Lei 8.429, de 1992, e artigos 38 e 55 da Lei nº 8.666, de 1993.

Atente-se que compete ao órgão verificar a aplicabilidade da Orientação Normativa n. 52. do Advogado-Geral da União, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da LC 101, de 2000:

As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000.

A **Divisão de Contabilidade** informou que há disponibilidade orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAROLINA
FONTE DE RECURSO:	14 – Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS.
PROJETO/ATIVIDADE:	10.122.0041.2-115 – AÇÃO DE COMBATE AO COVID-19



Folha n° 158
Processo n° 026709 COVID-19
Rubrica: W

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAROLINA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL

NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.30.00 – Material de Consumo
NATUREZA DE DESPESA:	4.4.90.52.00 – Equipamentos de Material Permanente

O Ordenador de Despesas, o **Secretário Municipal de Saúde**, emitiu a **Declaração de Adequação da Despesa**, em obediência ao artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

DA DECISÃO

Em face dos elementos constantes no Processo Administrativo, sugerimos a contratação direta da empresa **D R REPRESENTAÇÕES LTDA**, CNPJ nº **04.954.908/0001-95**, mediante **Dispensa de Licitação**, para **Aquisição de Medicamentos, Material Laboratorial, Material Hospitalar, Equipamentos e Testes Rápidos em Combate ao Coronavírus (COVID-19)**, de interesse do **Fundo Municipal de Saúde**, no valor de **R\$1.285.868,40 (Um milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)**.

Encaminhamos a **ADJUDICAÇÃO**, em anexo.

Encaminhamos também, em anexo, a **Minuta do Contrato** para **exame e aprovação**, conforme dispõe o artigo 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993:

“Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

*Parágrafo único. As **minutas** de editais de licitação, bem como as dos **contratos**, acordos, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica** da Administração.”.*

Carolina/MA, **25 de setembro** de 2020.


AMILTON FERREIRA GUIMARÃES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação